

30 de novembro de 2017

Rendimento e Condições de Vida 2017 (Dados provisórios)

O risco de pobreza reduziu-se para 18,3%

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento, realizado em 2017 sobre rendimentos do ano anterior, indica que 18,3% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2016, valor inferior ao de 2015 (19,0%). A taxa de risco de pobreza correspondia, em 2016, à proporção de habitantes com rendimentos monetários líquidos (por adulto equivalente) inferiores a 5 442 euros anuais (454 euros por mês).

A redução do risco de pobreza entre 2015 e 2016 abrangeu em especial as/os menores de 18 anos, de 22,4% para 20,7% em 2016, e a população idosa de 18,3% para 17,0%. A taxa de pobreza para a população adulta em idade ativa reduziu-se ligeiramente, de 18,2% em 2015 para 18,1% em 2016.

As mulheres continuam a ser mais afetadas pela insuficiência de recursos, com um risco de pobreza de 18,7% face a 17,8% para os homens.

A existência de crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco de pobreza acrescido, sendo de 19,7% para as famílias com crianças dependentes e de 16,9% para as famílias sem crianças dependentes. Em 2016, as famílias com dois adultos e três ou mais crianças dependentes, e as famílias com um adulto e pelo menos uma criança dependente, continuavam a ser as mais atingidas pelo risco de pobreza (41,4% e 33,1%, respetivamente).

O contributo das transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social para a redução do risco de pobreza foi de 5,3 pontos percentuais (p.p.) em 2016, inferior ao valor observado em 2015 (6,1 p.p.).

Reduziu-se ligeiramente a desigualdade na distribuição dos rendimentos: o coeficiente de Gini diminuiu de 33,9% em 2015 para 33,5% em 2016, e o rácio S80/S20¹ de 5,9 em 2015 para 5,7 em 2016.

Em 2017, há menos pessoas em privação material (18,0%, que compara com 19,5% em 2016) e em privação material severa (6,9%, que compara com 8,4% em 2016).

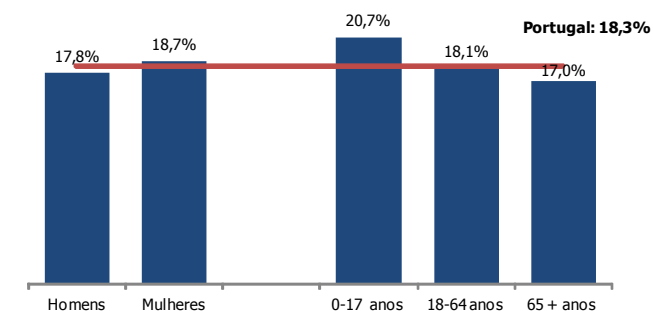
¹ Rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

18,3% da população em risco de pobreza em 2016

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento (EU-SILC), realizado anualmente junto das famílias residentes em Portugal, indica que 18,3% das pessoas estavam em risco de pobreza em 2016, ou seja, menos 0,7 p.p. do que em 2015.

De acordo com o mesmo inquérito, entre 2015 e 2016, a mediana do rendimento monetário líquido por adulto equivalente registou um aumento nominal de 3,3%: 9 070 euros em 2016 face a 8 782 euros no ano anterior. Consequentemente, o limiar, ou linha de pobreza relativa (que corresponde a 60% da mediana da distribuição dos rendimentos monetários líquidos equivalentes) aumentou de 5 269 euros para 5 442 euros, ou seja, de 439 euros para 454 euros em termos mensais.

Taxa de risco de pobreza segundo o sexo e grupo etário, Portugal 2016



EU-SILC 2017

A redução do risco de pobreza entre 2015 e 2016 abrangeu em especial as/os menores de 18 anos, de 22,4% para 20,7% em 2016, e a população idosa de 18,3% para 17,0%. A taxa de pobreza para a população adulta em idade ativa reduziu-se ligeiramente, de 18,2% em 2015 para 18,1% em 2016.

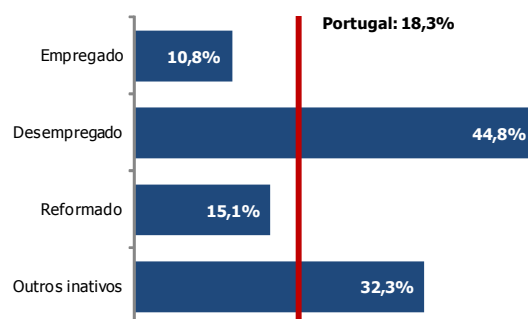
Em 2016, o risco de pobreza reduziu-se principalmente para as mulheres (-0,9 p.p. face a -0,4 p.p. para os homens), sendo contudo a população feminina aquela

que continua a ser mais afetada pela insuficiência de recursos: 18,7% face a 17,8% para os homens.

Reduziu-se o risco de pobreza para a população reformada

O risco de pobreza para a população reformada foi de 15,1% em 2016, ou seja, menos 0,9 p.p. do que no ano anterior (16,0%).

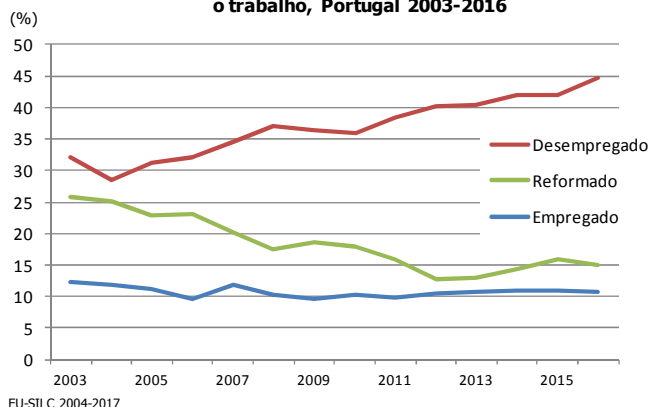
Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2016



EU-SILC 2017

Por outro lado, o risco de pobreza para a população empregada foi de 10,8% em 2016, menos 0,1 p.p. do que em 2015 (10,9%).

Taxa de risco de pobreza segundo a condição perante o trabalho, Portugal 2003-2016

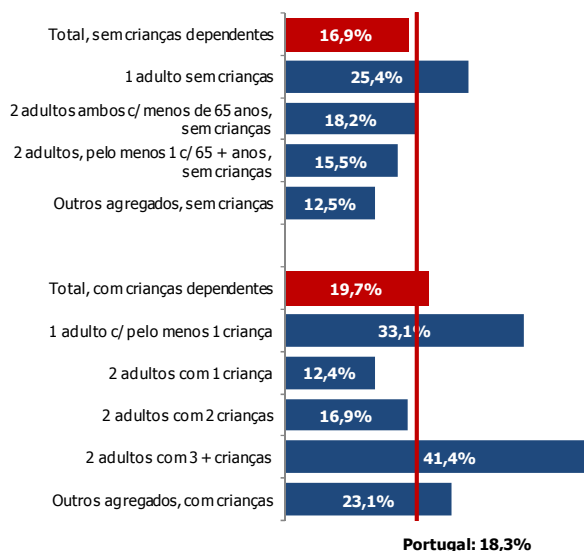


EU-SILC 2004-2017

Apesar da redução de 11,4% na população desempregada entre 2015 e 2016, o aumento da linha de pobreza relativa refletiu-se num aumento do risco de pobreza para a população em situação de desemprego no mesmo período: de 42,0% em 2015 para 44,8% em 2016.

As famílias com três ou mais crianças dependentes e aquelas em que as crianças vivem com um só adulto são as mais afetadas pela pobreza

Taxa de risco de pobreza segundo a composição do agregado familiar, Portugal 2016



EU-SILC 2017

O risco de pobreza dos agregados com crianças dependentes diminuiu 1,3 p.p. entre 2015 e 2016, enquanto aumentou ligeiramente (0,1 p.p.) o risco de pobreza para os agregados sem crianças dependentes. Porém, a presença das crianças num agregado familiar continua a estar associada a um risco de pobreza acrescido (19,7% para as famílias com crianças dependentes e 16,9% para as famílias sem crianças dependentes).

Tal como nos anos anteriores, as taxas de risco de pobreza mais elevadas foram estimadas para os agregados constituídos por um adulto com pelo menos uma criança dependente (33,1%) e pelos constituídos por dois adultos com três ou mais crianças dependentes (41,4%). O risco de pobreza para os agregados constituídos por 3 ou mais adultos com crianças dependentes foi de 23,1%.

O contributo das transferências sociais para a redução do risco de pobreza foi de 5,3 p.p. em 2016

Considerando apenas os rendimentos do trabalho, de capital e transferências privadas, 45,2% da população residente em Portugal estaria em risco de pobreza em 2016. Os rendimentos provenientes de pensões de reforma e sobrevivência contribuíram em 2016 para um decréscimo de 21,6 p.p. do risco de pobreza, resultando assim numa taxa de risco de pobreza após pensões e antes de transferências sociais de 23,6%.

Taxa de risco de pobreza (%) considerando as transferências sociais, Portugal, 2013-2016

Ano de referência dos dados	Unidade: %			
	2013	2014	2015	2016 (Po)
Após transferências sociais	19,5	19,5	19,0	18,3
Após transferências relativas a pensões	26,7	26,4	25,0	23,6
Antes de qualquer transferência social	47,8	47,5	46,1	45,2

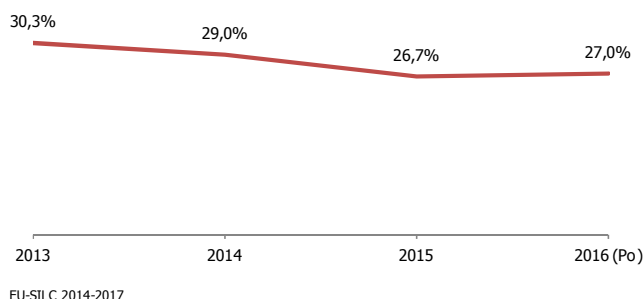
(Po) valor provisório
EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

O contributo das transferências sociais, relacionadas com a doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social para a redução do risco de pobreza em 2016 foi de 5,3 p.p., reduzindo-se novamente face ao ano anterior (7,2 p.p. em 2013, 6,9 p.p. em 2014 e 6,1 p.p. em 2015).

Aumentou a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza

A taxa de intensidade da pobreza, que mede em termos percentuais a insuficiência de recursos da população em risco de pobreza, foi de 27,0% em 2016, mais 0,3 p.p. do que no ano anterior (26,7%), todavia inferior ao registado em 2013 (30,3%) e 2014 (29,0%).

Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), Portugal 2013-2016



Reduziu-se ligeiramente a desigualdade na distribuição dos rendimentos

Em 2016, o rácio S80/S20, que compara o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com maiores recursos com o rendimento monetário líquido equivalente dos 20% da população com menores recursos, foi de 5,7, reduzindo-se face a 2015 (5,9).

O rácio S90/S10, que mede a distância entre o rendimento monetário líquido equivalente dos 10% da população com maiores recursos e o rendimento dos 10% da população com mais baixos recursos, foi de 10,0, reduzindo-se em 0,1 p.p. face ao ano anterior (10,1).

Indicadores de desigualdade do rendimento, Portugal, 2013-2016

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016 (Po)
Coefficiente de Gini (%)	34,5	34,0	33,9	33,5
S80/S20 (n.º)	6,2	6,0	5,9	5,7
S90/S10 (n.º)	11,1	10,6	10,1	10,0

(Po) valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Também o Coeficiente de Gini, que tem em conta toda a distribuição dos rendimentos, refletindo as diferenças de rendimentos entre todos os grupos populacionais, e Rendimento e Condições de Vida – 2017 (Dados provisórios)

não apenas os de menores e maiores recursos, apresentou em 2016 um valor (33,5%) inferior ao registado no ano anterior.

Há menos pessoas em privação material em 2017

Os indicadores de privação material baseiam-se num conjunto de nove itens relacionados com as necessidades económicas e de bens duráveis das famílias, listados na nota metodológica, e que são utilizados para calcular três indicadores distintos:

- O indicador geral de privação material, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos três destes nove itens devido a dificuldades económicas;
- O indicador de privação material severa, que corresponde às situações em que não existe acesso a pelo menos quatro dos nove itens pela mesma natureza de razões;
- A intensidade da privação material, ou seja, o número médio de itens em falta para esta população em privação material.

Indicadores de privação material, Portugal, 2014-2017

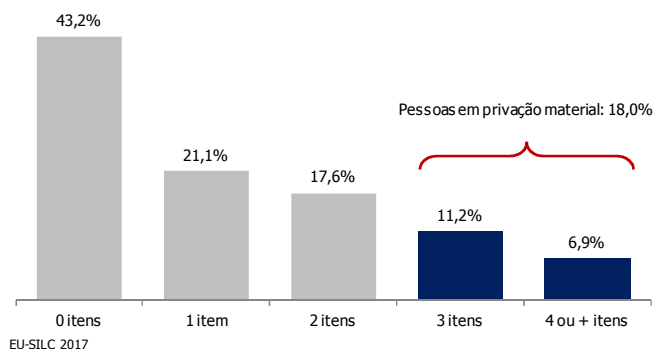
Ano de referência dos dados	2014	2015	2016	2017 (Po)
Taxa de privação material (%)	25,7	21,6	19,5	18,0
Taxa de privação material severa (%)	10,6	9,6	8,4	6,9
Intensidade da privação material (n.º)	3,6	3,7	3,6	3,6

(Po) valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Em 2017, a taxa de privação material dos residentes em Portugal é de 18,0% e a taxa de privação material severa é de 6,9%, mantendo-se a tendência de redução das duas séries.

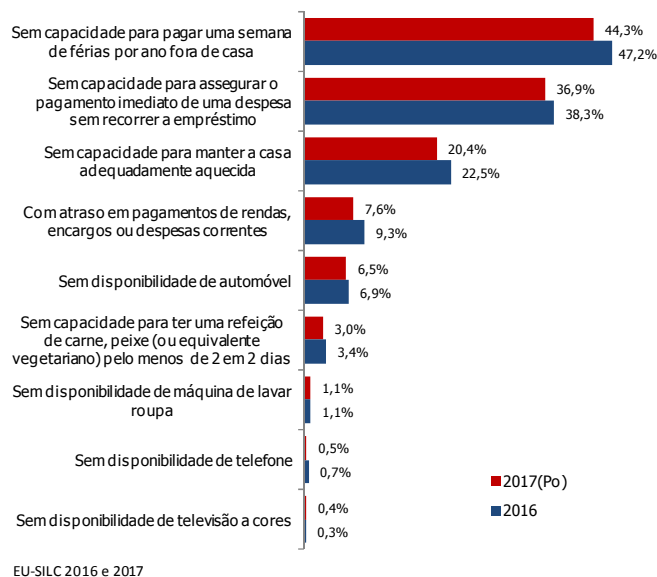
Distribuição da população residente por itens de privação material em falta, Portugal 2017



Em 2017, para a maioria dos nove itens considerados, reduziu-se a proporção de residentes que referiram dificuldades económicas, destacando-se:

- 44,3% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa (47,2% em 2016 e 51,3% em 2015);
- 36,9% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para assegurar o pagamento imediato, sem recorrer a empréstimo, de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (38,3% em 2016 e 40,7% em 2015);
- 20,4% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida (22,5% em 2016 e 23,8% em 2015);
- 7,6% das pessoas vivem em agregados sem capacidade para pagar atempadamente rendas, encargos ou despesas correntes (9,3% em 2016 e 10,1% em 2015).

Itens de privação material na população total, Portugal 2016 e 2017



Cerca de 2,4 milhões de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social

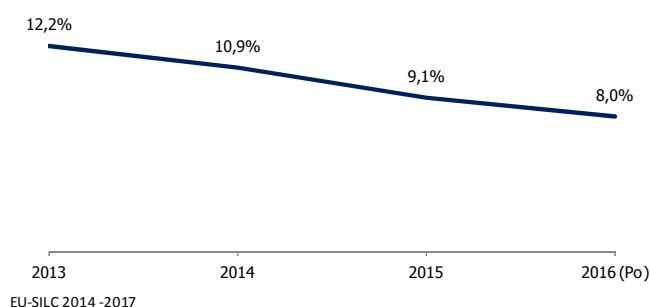
A estratégia económica de crescimento da União Europeia para a década corrente, designada estratégia Europa 2020, define, entre outros objetivos, a redução do número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social na União Europeia em, pelo menos, 20 milhões de pessoas até 2020.

Neste âmbito, definiu-se um indicador relativo à população em risco de pobreza ou exclusão social que conjuga os conceitos de risco de pobreza relativa - pessoas com rendimentos anuais por adulto equivalente inferior ao limiar de pobreza - e de situação de privação material severa, com o conceito de intensidade laboral *per capita* muito reduzida.

Consideram-se em intensidade laboral muito reduzida todas as pessoas com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que a população adulta entre 18 e 59 anos (excluindo estudantes) trabalhou em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

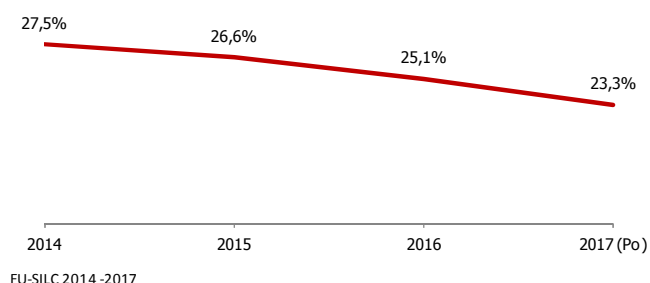
A proporção da população com menos de 60 anos que vivia em agregados familiares com intensidade laboral *per capita* muito reduzida foi de 8,0% em 2016 (menos 1,1 p.p. do que em 2015 e menos 4,2 p.p. do que em 2013).

**Intensidade laboral per capita muito reduzida,
Portugal 2013-2016**



De acordo com o inquérito realizado em 2017, 2 399 milhares de pessoas encontravam-se em risco de pobreza ou exclusão social (pessoas em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa). Consequentemente, a taxa de pobreza ou exclusão social é de 23,3%, menos 1,8 p.p. do que no ano anterior.

**População em risco de pobreza ou exclusão social,
Portugal 2014-2017**



Nota:

Sobre a Linha de Pobreza ancorada no tempo

Uma vez que a taxa de risco de pobreza constitui um indicador que considera, por definição, apenas a distribuição do rendimento monetário líquido em cada ano, é, assim, condicionada pelas alterações do rendimento mediano.

A título complementar procedeu-se ao cálculo de uma linha de pobreza ancorada em 2009 e atualizada nos sete anos seguintes com base na variação do índice de preços no consumidor.

Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2017

Ano de referência dos dados	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016 (Po)
Linha de pobreza a preços de 2009	5 207 €	5 280 €	5 473 €	5 624 €	5 639 €	5 624 €	5 651 €	5 686 €
Taxa de risco de pobreza (em %):								
Total	17,9	19,6	21,3	24,7	25,9	24,1	21,8	21,1
0-17 anos	22,4	23,9	26,1	30,9	31,1	28,3	24,5	22,3
18-64 anos	15,7	17,7	20,3	23,7	24,6	23,1	20,6	19,5
65 + anos	21,0	21,6	19,8	22,4	25,5	24,0	23,1	19,9
EU-SILC	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017 (Po)

(Po) valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Com uma linha de pobreza ancorada em 2009, observa-se o aumento da proporção de pessoas em risco de pobreza ao longo do período em análise, entre 17,9% em 2009 e 21,1% em 2016 (+3,2 p.p.). Este indicador registou um máximo no ano de 2013, com um valor de 25,9%, e evolução decrescente nos três anos mais recentes: 24,1% em 2014, 21,8% em 2015 e 21,1% em 2016.

A análise da taxa de pobreza ancorada em 2009 por grupo etário evidencia que foram as pessoas em idade ativa as relativamente mais penalizadas na evolução dos rendimentos ao longo destes 8 anos: 19,5% em 2016 ou seja, mais 3,8 p.p. face ao ano inicial. Para as crianças registou-se em 2016 um valor idêntico ao de 2009, enquanto para a população idosa se verifica uma melhoria de 1,1 p.p.

Anexos

Indicadores de pobreza e desigualdade económica, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Ano de referência dos dados	unidade	2013	2014	2015	2016 (Po)
Limiar de risco de pobreza	€	4 937	5 061	5 269	5 442
Taxa de risco de pobreza (60% da mediana)					
Antes de qualquer transferência social	%	47,8	47,5 Rc	46,1	45,2
Após transferências relativas a pensões	%	26,7	26,4	25,0	23,6
Após transferências sociais	%	19,5	19,5	19,0	18,3
Dispersão do limiar do risco de pobreza					
Após transferências sociais (70% da mediana)	%	27,1	27,0	26,4	25,4
Após transferências sociais (50% da mediana)	%	13,8	13,8	13,0	12,4
Após transferências sociais (40% da mediana)	%	8,6	8,5	7,3	7,5
Indicadores de desigualdade do rendimento					
Coeficiente de <i>Gini</i>	%	34,5	34,0	33,9	33,5
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S80/S20)	n.º	6,2	6,0	5,9	5,7
Desigualdade na distribuição de rendimentos (S90/S10)	n.º	11,1	10,6	10,1	10,0
EU-SILC		2014	2015	2016	2017 (Po)

P_o - Valor provisório

Rc - Valor retificado

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013				2014				2015				2016 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Após transferências sociais ⁽¹⁾																
Total	19,5	25,6	19,1	15,1	19,5	24,8	18,8	17,0	19,0	22,4	18,2	18,3	18,3	20,7	18,1	17,0
Homens	18,9	25,2	18,7	12,6	18,8	23,9	18,6	14,2	18,2	21,2	18,0	16,0	17,8	20,6	17,8	15,2
Mulheres	20,0	26,1	19,5	16,9	20,1	25,8	18,9	19,0	19,6	23,7	18,4	19,9	18,7	20,8	18,4	18,3
Após transferências relativas a pensões ⁽²⁾																
Total	26,7	33,6	27,4	18,5	26,4	31,3	27,0 Rc	20,2	25,0	28,6	25,2	21,4	23,6	25,5	24,4	20,0
Homens	26,5	34,1	27,1	15,9	26,0	30,1	27,1	17,8	24,4	27,2	25,1	19,3	23,4	26,0	24,2	18,1
Mulheres	26,9	33,1	27,7	20,3	26,8	32,6	27,0	22,0	25,6	30,1	25,4	22,9	23,8	25,0	24,5	21,4
Antes de qualquer transferência social ⁽³⁾																
Total	47,8	36,5	37,9	88,9	47,5 Rc	34,5 Rc	37,3 Rc	89,7 Rc	46,1	31,6	35,6	89,8	45,2	29,0	34,4	90,0
Homens	46,1	37,2	36,8	90,0	45,4 Rc	33,3 Rc	36,5 Rc	90,0 Rc	44,1	30,2	34,9	90,3	43,4	29,6	33,8	89,9
Mulheres	49,3	35,8	38,8	88,2	49,4 Rc	35,7	38,1 Rc	89,6 Rc	48,0	33,2	36,3	89,5	46,8	28,3	35,0	90,1

EU-SILC

2014

2015

2016

2017 (Po)

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

P_o - Valor provisório

Rc - Valor retificado

⁽¹⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência e outras transferências sociais.

⁽²⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados, pensões de velhice e sobrevivência.

⁽³⁾ Inclui rendimentos do trabalho e outros rendimentos privados.

Taxa de risco de pobreza (60% da mediana) após transferências sociais, por composição do agregado familiar, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013	2014	2015	2016 (Po)
Total, sem crianças dependentes	15,8	16,6	16,8	16,9
1 adulto sem crianças	23,1	25,4	26,3	25,4
1 adulto com menos de 65 anos, sem crianças	23,8	23,7	23,9	25,0
1 adulto com 65 + anos, sem crianças	22,5	26,8	28,1	25,6
2 adultos ambos c/ menos de 65 anos, sem crianças	17,4	16,8	16,0	18,2
2 adultos, pelo menos 1 c/ 65 + anos, sem crianças	13,1	14,3	16,4	15,5
Outros agregados, sem crianças	13,1	13,7	12,8	12,5
Total, com crianças dependentes	23,0	22,2	21,0	19,7
1 adulto c/ pelo menos 1 criança	38,4	34,6	31,6	33,1
2 adultos com 1 criança	15,4	13,7	15,0	12,4
2 adultos com 2 crianças	18,0	20,4	17,0	16,9
2 adultos com 3 + crianças	38,4	37,7	42,7	41,4
Outros agregados, com crianças	28,8	26,1	24,7	23,1
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)

P_o - Valor provisório

Nota: são consideradas "crianças dependentes" todos os indivíduos com menos de 18 anos, bem como os indivíduos entre 18 e 24 anos economicamente dependentes.

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de risco de pobreza após transferências sociais, segundo a condição perante o trabalho e sexo, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013			2014			2015			2016 (Po)		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Empregado	10,7	11,5	9,9	10,9	11,6	10,2	10,9	11,3	10,5	10,8	11,2	10,4
Sem emprego	24,7	23,6	25,5	25,2	24,3	26,0	25,4	24,5	26,1	25,1	24,6	25,5
Desempregado	40,5	41,5	39,6	42,0	44,1	39,7	42,0	44,5	39,4	44,8	47,1	42,5
Reformado	12,9	12,4	13,4	14,4	13,5	15,2	16,0	15,6	16,3	15,1	14,5	15,6
Outros inativos	32,4	29,4	33,8	31,9	27,7	33,9	31,2	26,0	33,5	32,3	32,1	32,4
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)								

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota: Nos indicadores relativos à condição perante o trabalho foi considerada o total da população com 18 e mais anos.

Taxa de intensidade da pobreza (60% da mediana), segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2013				2014				2015				2016 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	30,3	32,7	32,7	20,6	29,0	31,4	32,2	18,2	26,7	28,7	29,3	18,0	27,0	30,2	30,2	15,3
Homens	31,2	32,7	32,7	19,7	30,1	30,9	33,6	17,2	27,1	29,1	29,2	16,6	27,4	28,6	30,7	14,3
Mulheres	29,3	32,7	32,7	21,3	28,7	32,1	31,5	19,3	26,5	26,9	29,4	19,1	26,5	32,6	29,9	15,7

EU-SILC 2014 2015 2016 2017 (Po)

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores de privação material, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Ano de referência dos dados	un.	2014	2015	2016	2017 (Po)
Taxa de privação material	%	25,7	21,6	19,5	18,0
Taxa de privação material severa	%	10,6	9,6	8,4	6,9
Intensidade da privação material	n.º	3,6	3,7	3,6	3,6

EU-SILC 2014 2015 2016 2017 (Po)

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Taxa de privação material, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014				2015				2016				2017 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	25,7	27,4	25,3	25,2	21,6	22,3	21,2	22,2	19,5	19,7	19,7	18,9	18,0	17,8	17,5	19,8
Homens	24,6	26,9	24,9	21,0	21,0	23,3	20,9	18,8	18,6	19,3	19,1	15,9	17,4	17,6	17,5	17,1
Mulheres	26,6	27,9	25,7	28,2	22,1	21,1	21,5	24,5	20,3	20,0	20,1	21,1	18,6	18,0	17,5	21,8

EU-SILC 2014 2015 2016 2017 (Po)

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Itens de privação material na população total, Portugal, EU-SILC 2016-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2016	2017 (Po)
Sem capacidade para pagar uma semana de férias por ano fora de casa	47,2	44,3
Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa sem recorrer a empréstimo	38,3	36,9
Sem capacidade para manter a casa adequadamente aquecida	22,5	20,4
Com atraso em pagamentos de rendas, encargos ou despesas correntes	9,3	7,6
Sem disponibilidade de automóvel	6,9	6,5
Sem capacidade para ter uma refeição de carne, peixe (ou equivalente vegetariano) pelo menos de 2 em 2 dias	3,4	3,0
Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa	1,1	1,1
Sem disponibilidade de telefone	0,7	0,5
Sem disponibilidade de televisão a cores	0,3	0,4
EU-SILC	2016	2017 (Po)

P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Indicadores EUROPA 2020, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano do inquérito	2014	2015	2016	2017 (Po)
Taxa de risco de pobreza após transferências sociais	19,5	19,5	19,0	18,3
Taxa de privação material severa	10,6	9,6	8,4	6,9
Intensidade laboral <i>per capita</i> muito reduzida	12,2	10,9	9,1	8,0
População em risco de pobreza ou exclusão social	27,5	26,6	25,1	23,3
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)

P_o - Valor provisório

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

População residente em risco de pobreza ou exclusão social, segundo o sexo e grupo etário, Portugal, EU-SILC 2014-2017

Unidade: %

Ano de referência dos dados	2014				2015				2016				2017 (Po)			
	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos	Total	0-17 anos	18-64 anos	65 + anos
Total	27,5	31,4	28,3	21,1	26,6	29,6	27,4	21,7	25,1	27,0	25,6	21,8	23,3	24,2	23,9	20,7
Homens	26,7	31,2	27,9	17,6	25,9	29,1	27,1	18,2	24,1	25,7	25,1	18,9	22,5	23,9	23,4	18,1
Mulheres	28,1	31,7	28,8	23,6	27,3	30,0	27,7	24,3	26,0	28,4	26,1	24,0	24,0	24,5	24,4	22,6
EU-SILC	2014	2015	2016	2017 (Po)												

P_o - Valor provisório

Nota: O indicador População em risco de pobreza ou exclusão social combina indicadores construídos com base em informação relativa ao ano de referência do rendimento (Taxa de risco de pobreza e Intensidade laboral *per capita* muito reduzida) com um indicador com informação relativa ao ano do inquérito (Taxa de privação material severa).

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Nota metodológica

Os indicadores apresentados neste destaque têm caráter provisório, refletindo uma antecipação do conjunto global de indicadores a divulgar em articulação com o Eurostat no próximo ano.

Os indicadores relativos à pobreza e desigualdade económica foram construídos com base no rendimento monetário anual líquido das famílias no ano anterior ao da realização do inquérito (2016). Excluem-se outras fontes de rendimento, nomeadamente o salário em géneros, o autoconsumo, o autoabastecimento e a autolocação.

De forma a refletir as diferenças na dimensão e composição das famílias, o rendimento líquido foi transformado em rendimento por adulto equivalente, utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. O rendimento por adulto equivalente é obtido dividindo o rendimento líquido de cada família pela sua dimensão em número de adultos equivalentes e o seu valor atribuído a cada membro da família.

Os dados sobre privação material respeitam ao ano de realização inquérito (2017).

Coefficiente de Gini: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento que visa sintetizar num único valor a assimetria dessa distribuição. Assume valores entre 0 (quando todos os indivíduos têm igual rendimento) e 100 (quando todo o rendimento se concentra num único indivíduo).

Escala de equivalência modificada da OCDE: esta escala atribui um peso de 1 ao primeiro adulto de um agregado; 0,5 aos restantes adultos e 0,3 a cada criança, dentro de cada agregado. A utilização desta escala permite ter em conta as diferenças na dimensão e composição dos agregados.

Intensidade da privação material: média de itens de privação material em carência na população em situação de privação material.

Intensidade laboral *per capita* muito reduzida: consideram-se em intensidade laboral *per capita* muito reduzida todos os indivíduos com menos de 60 anos que, no período de referência do rendimento, viviam em agregados familiares em que os adultos entre os 18 e os 59 anos (excluindo estudantes) trabalharam em média menos de 20% do tempo de trabalho possível.

Linha de pobreza: limiar do rendimento abaixo do qual se considera que uma família se encontra em risco de pobreza. Este valor foi convencionado pela Comissão Europeia como sendo o correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente de cada país.

População em risco de pobreza ou exclusão social: indivíduos em risco de pobreza ou vivendo em agregados com intensidade laboral *per capita* muito reduzida ou em situação de privação material severa.

Rácio S80/S20: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 20% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 20% de menores rendimentos.

Rácio S90/S10: indicador de desigualdade na distribuição do rendimento, definido como o rácio entre a proporção do rendimento total recebido pelos 10% da população com maiores rendimentos e a parte do rendimento auferido pelos 10% de menores rendimentos.

Rendimento equivalente: resultado obtido pela divisão do rendimento de cada agregado pela sua dimensão em termos de "adultos equivalentes", utilizando a escala de equivalência modificada da OCDE. Nota: "Adultos equivalentes" é uma unidade de medida da dimensão dos agregados que resulta da aplicação da escala modificada da OCDE.

Rendimento monetário líquido: rendimento monetário obtido pelos agregados e por cada um dos seus membros, proveniente do trabalho (trabalho por conta de outrem e por conta própria), de outros rendimentos privados (rendimentos de capital, propriedade e transferências privadas), das pensões e outras transferências sociais, após dedução dos impostos devidos e das contribuições para a segurança social.

Taxa de intensidade da pobreza (*Relative at risk of poverty gap*): corresponde ao quociente entre a diferença do limiar de pobreza e o rendimento mediano dos indivíduos em risco de pobreza relativamente ao limiar de pobreza, em percentagem.

Taxa de privação material: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos três das seguintes nove dificuldades – a) Sem capacidade para assegurar o pagamento imediato de uma despesa inesperada próxima do valor mensal da linha de pobreza (sem recorrer a empréstimo); b) Sem capacidade para pagar uma semana de férias, por ano, fora de casa, suportando a despesa de alojamento e viagem para todos os membros do agregado; c) Atraso, motivado por dificuldades económicas, em algum dos pagamentos regulares relativos a rendas, prestações de crédito ou despesas correntes da residência principal, ou outras despesas não relacionadas com a residência principal; d) Sem capacidade financeira para ter uma refeição de carne ou de peixe (ou equivalente vegetariano), pelo menos de 2 em 2 dias; e) Sem capacidade financeira para manter a casa adequadamente aquecida; f) Sem disponibilidade de máquina de lavar roupa por dificuldades económicas; g) Sem disponibilidade de televisão a cores por dificuldades económicas; h) Sem disponibilidade de telefone fixo ou telemóvel, por dificuldades económicas; i) Sem disponibilidade de automóvel (ligeiro de passageiros ou misto) por dificuldades económicas.

Taxa de privação material severa: corresponde à proporção da população em que se verificam pelo menos quatro das nove dificuldades descritas em *Taxa de privação material*.

Taxa de risco de pobreza: proporção da população cujo rendimento equivalente se encontra abaixo da linha de pobreza definida como 60% do rendimento mediano por adulto equivalente.

Transferências sociais (excluindo pensões): inclui os apoios à família, educação, habitação, doença/invalidez, desemprego, combate à exclusão social.

O Inquérito às Condições de Vida e Rendimento das Famílias (EU-SILC) é realizado em Portugal desde 2004, no quadro de legislação comunitária específica (Regulamento nº 1177/2003), que estabelece um sistema comunitário harmonizado de produção de estatísticas sobre a pobreza, privação e exclusão social.

Em Portugal, a informação é recolhida com periodicidade anual através de entrevistas presenciais assistidas por computador (CAPI, ou *Computer Assisted Personal Interview* em inglês). O questionário incorpora perguntas sobre o agregado familiar e também sobre as características pessoais de cada membro, em particular sobre os rendimentos de todos os membros com 16 ou mais anos. Em 2017, o inquérito dirigiu-se a 14 053 famílias, das quais 12 093 com resposta completa (com recolha de dados sobre 30 012 pessoas; 25 852 com 16 e mais anos). A operação de recolha decorre normalmente no 2º trimestre de cada ano.

A realização do inquérito visa a obtenção de resultados para o conjunto de todos os indivíduos que no período de referência residem no território nacional. Para o rendimento, este período de referência corresponde ao ano anterior àquele em que são realizadas as entrevistas.

Os agregados familiares são escolhidos por amostragem estratificada e bietápica a partir de uma base de amostragem de alojamentos familiares. A longitudinalidade da amostra, assim como a limitação da carga estatística sobre os respondentes é assegurada através do estabelecimento de um esquema de rotação anual de 4 subamostras independentes, com substituição de uma delas em cada ano. Assim, cada agregado responde no máximo a quatro entrevistas, garantindo-se a sobreposição de $\frac{3}{4}$ dos respondentes relativamente ao ano anterior.

Até ao ano de 2012 a amostra foi selecionada exclusivamente a partir da Amostra-Mãe, no entanto a partir de 2013 iniciou-se a transição gradual desta para a nova base de amostragem (constituída a partir do Ficheiro Nacional de Alojamentos – FNA). Esta transição foi efetuada ao longo de 4 anos, sendo que entre 2013 e 2015 coexistiram na amostra alojamentos selecionados a partir de ambas as bases de amostragem. A partir de 2016, a amostra anual do ICOR, ou seja, todas as quatro subamostras que a compõem, são selecionadas a partir de uma base de amostragem extraída do Ficheiro Nacional de Alojamentos (FNA).

A seleção da amostra seguiu um esquema de amostragem estratificado (estratificação por NUTS II) e multietápico, em que as unidades primárias, constituídas por células da *grid* INSPIRE de 1km², foram selecionadas com probabilidade proporcional à dimensão do número de alojamentos de residência principal e as unidades secundárias (alojamentos) foram selecionadas sistematicamente dentro das unidades da 1ª etapa. São entrevistados todos os agregados e todos os indivíduos residentes nos alojamentos selecionados.

Os resultados estimados são obtidos a partir dos ponderadores de agregado familiar e indivíduo, ajustados de acordo com a distribuição destas unidades por região, dimensão familiar, idade e sexo.